A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho foi elaborado por uma comissão de → signada pela Diretoria Executiva da EMATER-ES, com a finalidade de explicitar oficialmente a estratégia da Extensão Rural para o Espírito Santo. Compuseram a comissão:

- . Eng. Agr. Maurício Vieira de Ca^hvalho, da Coordenadoria de Planejamento.
- . Eng. Agr. Geraldo Lucas, da Coordenadoria de Desenvolvimento do Sistema.
- . Eng. Agr. Cleber Silveira Pinto, da Coordenadoria - de Apoio Técnico.

O trabalho foi apresentado em Seminário a todos os técnicos do Escritório Central, recebendo e^Mtão sugestões e adequações - que foram incorporadas à redação final.

→ Trata-se, pois, de um documento encampado pelo Escritório Central da EMATER-ES, não representando apenas um ponto de vista pessoal dos participantes da comissão que o elabor^{ou}ou.

→ Ao publicá-lo, a EMATER-ES apresent^emarco de referência no qual se devem basear as ações do programa de Extensão Rural, - bem como os documentos de caráter informativo da Empresa.

01. CONCEITUAÇÃO

O primeiro cuidado da comissão que elaborou o presente trabalho foi buscar a conceituação do termo estratégia, bem como de outros correlatos, a fim de que o documento não distoasse da terminologia já consagrada, em nossa língua, por autores que tratam do assunto.

Uma revisão de bibliografia subsidiou a formulação dos conceitos básicos sobre os quais se elaborou todo o documento. Estes conceitos foram os seguintes:

1.1 - Estratégia.

Explicitação de como as políticas, os objetivos e os meios de intervenção da Extensão Rural se combinam de forma consciente, racional e coerente, fornecendo os parâmetros para organizar a ação da EMATER-ES.

1.2 - Tática.

Detalhamento da utilização de processos, métodos e recursos que norteiam a ação da EMATER-ES na direção de seus objetivos específicos, em um momento determinado e num prazo definido.

1.3 - Logística.

Mobilização e viabilização dos recursos necessários para que as ações previstas na estratégia e na tática se realizem no lugar e no momento programados.

1.4 - Política.

Conjunto de disposições que demonstram as intenções e a direção em que a alta administração pretende seguir na gestão da ^{Em Mesa} mesma. Condição a estratégia e todas as ações dela decorrentes.

1.5 - Objetivos.

Produto final esperado da ação da EMATER-ES, explicitado com suficiente clareza, para permitir a definição de ações quantificáveis e de atribuições a pessoas e a setores. Pode haver vários objetivos, desde que coerentes com a política da instituição. Há objetivos gerais que apontam a direção em que segue a instituição no seu conjunto. E há objetivos específicos, que apontam a direção em que seguem as atividades específicas e/ou setores da instituição, no desempenho das atribuições que lhe cabem.

1.6 - Missão.

É o compromisso ou dever que a EMATER-ES assume ou recebe para cumprir sua tarefa social.

Com base nestes conceitos preparou-se o documento que se segue.

2. OBJETIVOS DA EXTENSÃO RURAL NO ESPÍRITO SANTO

Os estatutos da EMATER-ES definem seus objetivos como sendo (1):

"I - colaborar com os órgãos competentes da Secretaria do Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural do Estado do Espírito Santo;

II - planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Espírito Santo, de acordo com a política de ação do Governo Estadual e do Governo Federal".

Estes objetivos, assim expressos em caráter oficial, estatutário necessitam de uma análise operacional, afim de tornar mais claras as ações a serem desenvolvidas pela extensão rural. Para isto alguns condicionantes políticos e filosóficos devem ser considerados:

2.1 - Princípios da Extensão Rural.

A EMATER-ES define como seus princípios básicos:

2.1.1 - Ação Educacional, estruturada em um programa de educação informal, através de metodologia apropriada.

2.1.2 - Ação participativa, na qual o produtor é o agente final das mudanças e, como tal, deve participar ativamente na solução de seus problemas.

2.1.3 - Ação sobre a realidade, calcada no conhecimento dos problemas reais do produtor.

2.1.4 - Ação integrada, através da cooperação interinstitucional no tratamento de problemas afins que afetam a agricultura.

2.2 - Público junto ao qual a EMATER-ES atua.

Os objetivos estatutários da Empresa indicam que sua ação se exerce no meio rural. Os princípios da Extensão Rural dizem que o produtor é o agente final das mudanças. Logo, o público da EMATER-ES é constituído por PRODUTORES RURAIS.

Entende-se por ^{PRODUTOR RURAL} produtor rural a pessoa, proprietária ou não, que explora uma área de terra com atividades agropecuárias, tomando decisões de algum nível sobre o que produz nela e/ou que práticas adotar e usufruindo da renda total ou parcial da exploração, sem ser assalariado pelo trabalho que realiza nela. Incluem-se, pois nesta categoria, os proprietários, os parceiros, os arrendatários e os posseiros.

A área de terra explorada por um produtor é uma UNIDADE DE PRODUÇÃO, que pode ser assim definida:

Área de terra administrada por uma pessoa física ou jurídica, que combina fatores de produção agropecuária com a finalidade de obter um ou vários produtos animais e/ou vegetais, destinados ao consumo próprio e/ou ao sistema de trocas do mercado.

Nas unidades de produção de pequeno porte é muito comum a administração do tipo familiar, sendo o trabalho executado com a mão de obra do produtor, de sua esposa e filhos. Neste caso a ação da EMATER-ES deve estender-se a todos os membros da família, principalmente quando se sabe que algumas atividades específicas são atribuídas às mulheres e crianças, tais como ordenhar vacas, alimentar animais, cuidar da horta, etc. Além disto, pelos estatutos, a EMATER-ES deve também concorrer para a melhoria dos níveis de vida da família, e aí entra-se no âmbito das atividades relacionadas com a vida no lar: preparo de alimentos para a família, limpeza e arrumação da casa, cuidados com crianças, higiene de instalações e outras da mesma natureza.

As unidades de produção de porte médio e grande geralmente usam mão de obra assalariada, de cuja habilidade e capacidade de trabalho depende, em grande parte, a produtividade destas unidades. Sendo um público também rural, aos trabalhadores assalariados se estende a ação da EMATER-ES.

Por outro lado, grande parte da mão de obra ocupada na agricultura é constituída por adolescentes e jovens, cuja mentalidade em formação deve merecer atenção especial, no sentido de facilitar-lhes a entrada na vida adulta com uma visão mais concreta dos problemas que vivem e do poder de sua iniciativa.

Paralelamente a esta ação na área agrícola, a EMATER-ES assumiu perante a SUDEPE a responsabilidade de, mediante convênio com aquela entidade, desenvolver ações junto aos pescadores artesanais, que constituem a fração majoritária dos produtores de pescado para o abastecimento do mercado do Estado.

Conclui-se, assim, que o público junto ao qual a EMATER-ES deve desincumbir-se da missão que lhe é atribuída, constitui-se de:

- 2.2.1 - Produtores rurais-grandes
 - médios
 - pequenos (proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros).
- 2.2.2.- Assalariados
- 2.2.3 - Pescadores artesanais
- 2.2.4 - Donas de casa das zonas rural e pesqueira
- 2.2.5 - Jovens de ambas as zonas.

A EMATER-ES tem sua sobrevivência garantida pelos órgãos que a apoiam e pela imagem que projeta junto ao grande público o qual, por vias indiretas, ajuda a formar a opinião dos órgãos mantenedores. É importante que uma ação seja dirigida permanentemente a estas duas categorias de público, embora de maneira menos intensa que para os demais, visando a mantê-los informados de como a EMATER-ES desempenha seu papel no contexto das ações governamentais e como utiliza os recursos do contribuinte que os órgãos mantenedores lhe destinam. Acrescem-se, portanto, mais dois públicos.

→ 2.2.6 - Órgãos mantenedores, líderes institucionais, organizações de produtores e membros do Governo.

2.2.7 - Grande público.

2.3 -Política do Governo Federal para Agricultura.

→ Ao definir como prioridades nacionais o combate à inflação, a redução da dívida externa, a produção de energia e a melhor distribuição da renda nacional, o Governo Federal atribui à agricultura a responsabilidade de:

- 2.3.1 - Oferta abundante de alimentos essenciais ao abastecimento interno.
- 2.3.2 - Produção significativa de excedentes exportáveis.
- 2.3.3 - Produção de energia a partir de álcool e de biomassa.

2.3.4 - Intensificação da assistência técnica e extensão rural, com vistas a aumentar a renda líquida dos produtores e ampliar sua capacidade aquisitiva.

Ao mesmo tempo define uma prioridade na ação do Governo em favor do pequeno produtor.

2.4 - Posição assumida pelo Governo Estadual.

O Governo do Estado, no documento "NOVOS RUMOS PARA A POLÍTICA AGRÁRIA E AGRÍCOLA ESTADUAL" (VERSÃO PRELIMINAR), define como objetivos de sua ação no setor agrícola:

2.4.1 - Expansão da ocupação produtiva, elevação do nível de renda e melhoria das condições gerais de vida das frações majoritárias das populações rurais.

2.4.2 - Fortalecimento das atividades capazes de dar sustentação econômica às pequenas propriedades (principalmente produção de alimentos e matérias primas para bens de consumo popular).

2.4.3 - Estímulo ao associativismo.

O conjunto das considerações precedentes demonstra que se espera da EMATER-ES uma ação que contribua para gerar as seguintes consequências:

- Renda satisfatória para a população que depende economicamente do setor de produção de alimentos e matérias primas de origem animal e vegetal.
- Alimentos para a subsistência desta população.
- Ocupação da mão de obra envolvida no setor, prevenindo o êxodo rural.
- Oferta de produtos alimentares para o meio urbano e para a exportação.
- Oferta de matérias primas de origem animal e vegetal para o abastecimento da indústria nacional e para a exportação.

Assim, a ação da EMATER-ES deverá gerar um produto intermediário, que é: FORTALECIMENTO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E MATÉRIAS PRIMAS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, PROPICIANDO A QUEM DELAS DEPENDEM O DESFRUTE DE NÍVEIS DE VIDA DIGNOS.

2.5 - Necessidades da População.

Uma primeira questão que se põe é a da conceituação de nível de vida digno. Uma pessoa desfruta de nível de vida digno quando, em nossa sociedade e nos dias de hoje, tem condições de satisfazer às necessidades mínimas de SOBREVIVÊNCIA, CONFORTO, INSTRUÇÃO E RELACIONAMENTO SOCIAL.

As necessidades mínimas de SOBREVIVÊNCIA são satisfeitas quando a pessoa conta com:

- Alimentação adequada à proteção do organismo e ao fornecimento da energia necessária ao trabalho.
- Vestuário adequado à proteção do corpo, conforme condições climáticas e de trabalho.
- Habitação com os requisitos mínimos de abrigo, proteção à saúde e privacidade.
- Disponibilidade de recursos naturais e equilíbrio ecológico.
- Disponibilidade de instalações e serviços de controle de endemias e epidemias.

Há satisfação das necessidades mínimas de CONFORTO quando existem:

- Condições de trabalho com controle de riscos e de fadiga.
- Habitação e mobiliário que permitam o repouso.
- Utilização de equipamentos e utensílios de produção e do lar que tornam o trabalho mais leve.
- Oportunidade de lazer.

As necessidades mínimas de INSTRUÇÃO, em nossa conjuntura, são satisfeitas quando há condições de aquisição de instrução formal ao nível de primeiro grau, no mínimo.

Para a satisfação das necessidades de RELACIONAMENTO SOCIAL é necessário que haja:

- Equipamentos comunitários que propiciem a interação.
- Oportunidades de lazer em companhia de outras pessoas.

São requisitos necessários para um nível de vida digno, dentro dos critérios expostos:

- 2.5.1 - RENDA, que se origina de uma atividade produtiva, e que é consequência, entre outras coisas, de produção, produtividade, eficácia no uso de fatores de produção, incorporação constante de novas tecnologias, comercialização adequada da produção, acesso a fatores de produção.
- 2.5.2 - CONSCIÊNCIA DAS NECESSIDADES MÍNIMAS DE BEM ESTAR, sem as contaminações do consumismo.
- 2.5.3 - CONSUMO ADEQUADO DOS ALIMENTOS DISPONÍVEIS.
- 2.5.4 - UTILIZAÇÃO DA RENDA PARA A AQUISIÇÃO PRIORITÁRIA - DE BENS E SERVIÇOS QUE REALMENTE CONCORRAM PARA GERAR MAIS RENDA E O BEM ESTAR DA FAMÍLIA.
- 2.5.5 - USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, preservando o equilíbrio ecológico.
- 2.5.6 - UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO À SAÚDE.
- 2.5.7 - UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO FORMAL.
- 2.5.8 - CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA para satisfazer necessidades que não podem ser supridas com os recursos ou pela ação de indivíduos.

3. LINHAS DE AÇÃO DA EMATER-ES

Este conjunto de considerações permite delinear as direções em que deve seguir a ação da EMATER-ES:

- 3.1 - AUMENTO DA RENDA LÍQUIDA FAMILIAR, com as seguintes opções:
 - 3.1.1 - Aumento da produção, pela incorporação de novas áreas agricultáveis, via drenagem, irrigação, etc.
 - 3.1.2 - Aumento da produtividade, pela incorporação de tecnologias viáveis do ponto de vista técnico, econômico e social, que aumentem a produção média em relação a unidades dos fatores de produção empregados.

3.1.3 - Utilização eficaz e harmônica dos fatores de produção disponíveis, mediante sua combinação em arranjos coerentes com a realidade econômica e cultural das unidades de produção.

3.1.4 - Comercialização adequada da produção, baseada em exigências do mercado consumidor, utilizando a época mais adequada, o canal mais compensador e tendo condições de armazenamento adequado.

3.1.5 - Acesso a fatores de produção, via crédito rural, legalização de terras e outras formas.

3.1.6 - Incorporação de novas atividades produtivas que concorram para aumentar a renda familiar ou diminuir despesas financeiras, como culturas, criações, indústria caseira, artesanato, confecção de vestuário e outros.

3.1.7 - Utilização de resíduos do processo produtivo na geração de energia (biogás, por exemplo) e fertilizantes (adubo orgânico).

3.1.8 - Educação do consumidor, orientando a aquisição de insumos, bens e serviços que realmente são necessários e eficazes, evitando distorções geradas pela propaganda comercial.

3.2 - Consumo de Dieta Adequada.

3.2.1 - Produção caseira de alimentos.

3.2.2 - Preparo adequado de alimentos, visando a preservar suas qualidades nutricionais e isentá-lo de contaminações químicas e biológicas.

3.2.3 - Conservação de alimentos nas épocas de abundância para seu uso na entressafra,

3.3 - Preservação da Saúde.

3.3.1 - Instalações sanitárias adequadas ao controle de epidemias e epidemias e à prevenção da população da poluição dos mananciais de água.

3.3.2 - Captação e manejo da água de modo a preservar a potabilidade.

3.3.3 - Cuidados pessoais que preservem a integridade física do organismo, tais como higiene corporal, vacinação, exames médicos, cuidados pré-natais, cuidados com recém-nascidos e pré-escolares, uso de vestuário adequado, etc.

3.3.4 - Utilização dos serviços de saúde disponíveis na comunidade.

3.3.5 - Prevenção de acidentes e riscos no trabalho, envolvendo a operação correta de máquinas e utensílios, o uso de calçados e roupas adequados, o manejo de produtos tóxicos, entre outros.

3.4 - Habitação.

3.4.1 - Melhoria ou introdução de instalações domésticas - (encanamento de água, banheiros, reboco e caiação de paredes, melhoramento da cozinha, etc).

3.4.2 - Melhoria ou aquisição de mobiliário e equipamentos de trabalho doméstico.

3.5 - Instrução Formal.

3.5.1 - Incentivo à utilização de escolas e cursos de alfabetização de adultos.

3.5.2 - Mobilização comunitária para a manutenção de escolas.

3.6 - Desenvolvimento Comunitário.

3.6.1 - Associativismo (grupos informais, cooperativas, sindicatos e outras formas de agremiação).

3.6.2 - Instalação de equipamentos comunitários.

3.6.3 - Instalação de infra-estrutura comunitária.

3.7 - Preservação de Recursos Naturais.

3.7.1 - Prevenção do solo e da água.

3.7.2 - Reflorestamento.

3.7.3 - Preservação do equilíbrio ecológico (incluindo controle biológico).

Na verdade os itens anteriores se constituem em objetivos específicos a serem alcançados pela ação da EMATER-ES, e que demonstram existir, de fato, 3 grandes linhas de ação:

- ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO, que tem como finalidade, o arranjo dos fatores de produção e a decisão sobre práticas adequadas à garantia de um nível de renda satisfatório para a família do produtor. Assume a forma de administração rural ou administração de recursos pesqueiros, dependendo do público a que se destina.
- ADMINISTRAÇÃO DO LAR, tendo como finalidade o arranjo e a utilização de recursos do lar, de modo a permitir à família o desfrute de um nível de vida satisfatório.
- AÇÃO COMUNITÁRIA, que visa a mobilizar a iniciativa pessoal, de forma solidária, para resolver problemas que afetam a comunidade como um todo.

É importante notar que, embora haja uma divisão de trabalho de caráter geral entre homens e mulheres, as linhas de ação de Administração da Unidade de Produção e Administração do Lar não estão previamente destinadas a este ou aquele sexo. Como as mulheres participam das atividades produtivas, a elas devem ser dirigidas algumas das ações de Administração da Unidade de Produção. Da mesma maneira, como os homens têm peso em decisões afetas ao lar (como por exemplo o que comprar para a casa, que instalações devem ser construídas, e até mesmo que alimento preparar) algumas ações de Administração do Lar devem ser dirigidas a elas.

O produto final da ação da EMATER-ES e, portanto, seu objetivo é: POPULAÇÃO DEPENDENTE DO SETOR AGRÍCOLA E PESQUEIRO, DESFRUTANDO DE NÍVEIS DE VIDA COERENTES COM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE BEM ESTAR.

Com base nisto pode-se colocar o papel ou a missão da EMATER-ES como sendo: CONDUZIR UM PROCESSO EDUCACIONAL JUNTO À POPULAÇÃO PRODUTORA DE ALIMENTOS E MATÉRIAS PRIMAS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, PARA QUE TOME INICIATIVAS QUE LHE PERMITAM COMPENSAÇÃO PELO TRABALHO, PRODUZIR PARA O ABASTECIMENTO DO MERCADO URBANO E DESFRUTAR DE NÍVEIS DE VIDA DIGNOS.

4. ORGANIZAÇÃO PARA A AÇÃO.

A unidade de produção é um sistema equilibrado, em que os fatores de produção disponíveis obedecem a um arranjo, na maioria das vezes, empírico, que a faz cumprir sua função, dentro das expectativas atuais da família rural.

Assim sendo, qualquer ação dirigida a esta unidade deve ser estudada sob o enfoque sistêmico, a fim de que não origine propostas de mudanças prejudiciais ao equilíbrio existente, em vez de benéficas.

Por outro lado é necessário que a melhoria dos níveis de vida se faça junto com a melhoria da renda líquida e das ações comunitárias, para que o crescimento da família se dê de forma harmônica e progressiva.

Neste caso, a ação da EMATER-ES deverá estar calcada em um diagnóstico de realidade em que, ao lado de fatores econômicos e físicos (natureza do solo e do clima, rendimentos das culturas e criações, renda do produtor, necessidades alimentares, etc) sejam considerados dados sociais e culturais (formas de interação comunitária, crenças, valores, etc) e as experiências anteriores vividas pelos produtores. Desde diagnóstico os técnicos da EMATER-ES obtêm as indicações do tipo de ação que devem desenvolver. Esta ação é consequência da interação de duas dimensões. De um lado, atividades produtivas ou de Administração do Lar, que constituem o objeto concreto do trabalho das famílias: cultura do milho, do feijão, etc; criação de aves, de bovinos, etc; preparo de alimentos, cuidados com crianças, etc. De outro lado, objetivos a que a EMATER-ES se propõe.

Tem-se, assim, uma matriz de duas entradas, representada no Quadro I:

É preciso, no entanto, considerar que tais atividades e objetivos só ganham sentido quando dinamizados pela ação humana, que sobre eles decide, atua e deles obtêm proveito. Só existem, pois no contexto da ação de pessoas. E é atuando junto a pessoas que a EMATER-ES cumpre sua missão e seus objetivos. Estas pessoas são o público da EMATER-ES, constituído pelas 4 (quatro) classes que estão no foco de seu objetivo (produtores rurais, pescadores artesanais, donas de casa e jovens) e as 2 (duas) classes que têm importância na sobrevivência da Empresa (órgãos mantenedores e grande público). Estas 6 (seis) classes de público, na maioria dos casos, requerem ações diferentes, dentro de um mesmo objetivo. As ações de melhoria da renda líquida, através do aumento da produtividade do feijão, por exemplo, assumem caráter diferente, quando dirigidas ao produtor rural, ao jovem, à dona de casa, aos órgãos mantenedores ou ao público em geral. O mesmo raciocínio vale para a melhoria da dieta da família ou a preservação de recursos naturais. Como o público se sobrepõe ao conjunto de atividades e de objetivos, e mesmo os determina, então, configura-se uma matriz sistêmica de 3 (tres) entradas, representada no Quadro II.

QUADRO II

OBJETIVOS DA EMPRESA	ATIVIDADES	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	SAÚDE	NUTRIÇÃO	INDUS-CASEI.	PISCI-CULT.	BOV. LEITE	MAN-DIOCA
1) AUMENTO DA RENDA LÍQUIDA.	Aumento da produção Aumento da produtividade Uso eficaz dos fatores de produção Comercialização Acesso a fatores de produção Incorporação de novas atividades Utilização de resíduos Educação do consumidor									
2) CONSUMO DE DIETA ADEQUADA	Produção caseira de alimentos Preparo Conservação									
3) PRESERVAÇÃO DA SAÚDE	Instalações sanitárias Captação de água Cuidados pessoais Utilização de serviços de saúde Prevenção de acidentes e riscos									
4) HABITAÇÃO	Melhoria e introdução de instalações Melhoria ou aquisição de equipamen.									
5) INSTRUÇÃO FORMAL	Utilização de escolas Manutenção de escolas									
6) DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	Associativismo Equipamentos comunitários Infra-estrutura									
7) PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Preservação do solo e da água Reflorestamento Preservação do equilíbrio ecológico									

PRODUTOR RURAL	PESCADOR ARTESANAL	DONA DE CASA
JOVEM	ÓRGÃOS MANTENEDORES, LÍDERES INST., GOVERNO PÚBLICO	GRANDE PÚBLICO

Esta visão matricial permite:

- 4.1 - Preparar um programa proposto pelo Extensionista Local, que constitui seu roteiro básico na reunião de planejamento com a comunidade.
- 4.2 - Debater com a comunidade a solução de problemas, amarrando-os de forma sistêmica.
- 4.3 - Montar o programa final.
- 4.4 - Preparar diretrizes por parte do Escritório Central, dentro de um enfoque sistêmico.
- 4.5 - Avaliar as ações, com suas interpenetrações.
- 4.6 - Reprogramar de forma sistêmica, quando imprevistos setoriais requerem redirecionamento da ação.
- 4.7 - Visualizar pontos ainda pouco claros no conhecimento da realidade de determinadas atividades agropecuárias ou do lar.

Quarta 12/11

5. ESTRATÉGIA DA EMATER-ES.

Com base em todas as colocações anteriores, a EMATER-ES define sua estratégia, como segue:

- 5.1 - A EMATER-ES dá prioridade à atuação junto aos pequenos produtores rurais (pequenos proprietários, parceiros, posseiros e arrendatários), aos pescadores artesanais e familiares de ambos, por serem a fração majoritária da população que produz alimentos e matérias primas de origem animal e vegetal para o abastecimento do Estado.
- 5.2 - A EMATER-ES atuará junto aos grandes e médios produtores - de duas maneiras:
 - 5.2.1 - Atendendo à sua solicitação de assistência técnica em assuntos agropecuários.
 - 5.2.2 - Envolvendo-os na solução de problemas comunitários e/ou sociais que afetam a população das comunidades em que têm suas unidades de produção.
- 5.3 - A EMATER-ES atuará junto aos trabalhadores rurais também - de duas formas:
 - 5.3.1 - Reforçando sua participação associativa e a compreensão dos deveres e dos direitos que a lei lhes faculta.
 - 5.3.2 - Desenvolvendo suas habilidades profissionais via treinamentos de mão de obra.
- 5.4 - Os técnicos da EMATER-ES não esperam ser procurados pelos componentes do público ao qual se dirige o trabalho, mas tomam a iniciativa de procurá-los em seu próprio ambiente, para com eles discutirem os problemas que enfrentam e encontrarem soluções satisfatórias, dos pontos de vista técnico, econômico e social.
- 5.5 - A discussão dos problemas, a determinação das soluções viáveis e a operacionalização destas soluções serão feitas dentro de princípios de participação comunitária. Entende-se por participação comunitária o engajamento de dirigentes de instituições que atuam na área, de representantes legais do povo, de líderes comunitários e institucionais, de grupos formais e informais e de qualquer pessoa ou instituição, nas diversas etapas do processo de solução dos problemas locais.

- 5.6 - O processo de solução dos problemas locais se baseia sempre nos dados de realidade percebidos pelos componentes do público junto ao qual a Empresa atua. São elementos desta realidade os aspectos físicos (clima, solo, topografia, etc), biológicos (plantas, animais, microorganismos, etc, que existem ou se adaptam à região), psicológicos (percepção de si e do mundo, comportamentos, atitudes, etc), sociais (formas de interação, solidariedade, organização da vida comunitária, etc), econômicas (renda familiar, custos de produção, formas de comercialização usadas, consumo de bens e serviços, etc) e culturais (crenças, costumes, hábitos, permisões, censuras, pensamento mágico, etc).
- 5.7 - O despertar da consciência para problemas não sentidos deve fazer-se numa base de problematização e conscientização, que permitem o raciocínio consciente, a criatividade e a iniciativa, evitando-se as formas de persuasão, que manipulam raciocínios e emoções e direcionam a vontade, inibem a criatividade e transformam a iniciativa em uma subordinação às fontes de informação.
- 5.8 - O extensionista, no processo educacional, é um assessor do produtor rural e de sua família, detentor de uma gama maior de opções para a solução de problemas, mas não de verdades e de soluções sempre viáveis. É do encontro respeitoso entre suas opções e a experiência do produtor que surgirão as soluções realmente viáveis e úteis à vida familiar.
- 5.9 - No relacionamento com o produtor o extensionista deve levar em conta fenômenos psico-sociais tais como a psicologia da aprendizagem, o processo de tomada de decisões pelo produtor, as pressões do grupo sobre o indivíduo e a dinâmica dos grupos, para combinar sua ^{ação} opção à força destes fenômenos. Por isto deve partir do ponto onde se encontra o nível de raciocínio, de conhecimentos e de tomada de decisões do seu público e com ele seguir os demais passos até o resultado final. Para isto é importante a montagem de uma estratégia, em que métodos, mensagens, ações e recursos se combinam em forma lógica, harmônica e bem direcionada.
- 5.10 - Porque a tomada de decisões se dá a nível individual e mental das pessoas, que o fazem com base em sua percepção do que lhes serve ou não, é importante que os produtores e seus familiares tenham a oportunidade de participar das decisões sobre o que constituirá o programa da EMATER-ES para suas comunidades.

- 5.11- As políticas governamentais, e outras ações dirigidas a partir de fora da comunidade rural, serão interpretadas e adaptadas aos reais problemas da comunidade.
- 5.12- A EMATER-ES emprega técnicos com formação profissional nas áreas de ciências agrárias, pesca e economia doméstica, por serem detentores dos conhecimentos técnicos necessários ao alcance dos objetivos básicos a que se propõe a empresa. Tais técnicos não recebem formação pedagógica ou metodológica para a ação educacional. É papel da EMATER-ES treiná-los nas técnicas necessárias ao bom relacionamento com o produtor e seus familiares e à condução do processo dialógico que conduzirá ao crescimento da população rural e pesqueira. Este treinamento é feito via Capacitação Inicial. Nenhum técnico poderá exercer qualquer cargo de extensionista sem ter sido treinado na Capacitação Inicial.
- 5.13- A EMATER-ES participa, junto com o extensionista local, do processo de crescimento profissional deste, e para isto conta com dois instrumentos importantes:
- 5.13.1 - Supervisão, que visa a estimular o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades do extensionista local, em seu próprio ambiente de trabalho, ajudando-o a superar suas deficiências. É o mais importante instrumento de crescimento profissional. Para isto conta com uma equipe de assessores regionais, cuja missão básica é fazer-se presente junto ao técnico local, detectando problemas, orientando e mobilizando os recursos da empresa necessários à ação eficaz dos extensionistas.
- 5.13.2 - Estratégia de desenvolvimento de pessoal, via várias formas de treinamento, visando a complementar a ação da supervisão, naqueles aspectos que esta não pode resolver.
- 5.14 - A supervisão e os treinamentos se baseiam sempre em um processo constante de avaliação do programa como um todo, de ações e de desempenho pessoal, a qual fornece os indicadores para ambos os instrumentos.
- 5.15 - O extensionista local, por sua ação predominantemente generalista junto às unidades de produção, deve ser detentor de uma gama ampla de conhecimentos e habilidades, o que limita seu aprofundamento em campos específicos. Para dar-lhe cobertura, nos momentos em que necessita de conheci-

mentos mais profundos, a EMATER-ES mantém, a nível de Escritório Central, uma equipe de técnicos especializados em atividades inerentes ao programa de extensão cuja função básica é:

5.15.1 - Manter a EMATER-ES atualizada quanto às inovações do conhecimento.

5.15.2 - Manter os técnicos de campo informados sobre estas inovações.

5.15.3 - Manter articulação com órgãos e serviços afins.

5.15.4 - Atuar junto ao público da empresa, de forma suplementar à do extensionista local e articulada com este.

BIBLIOGRAFIA

01. AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro, Delta, 1970. 5v.
02. CARAVANTES, Geraldo R. Administração por objetivos; uma abordagem sócio-técnica. Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. São Paulo, Mac Graw-Hill do Brasil, 1977. 191 p.
03. CARAVANTES, Geraldo R. Mudanças: avaliação de estratégias de renovação institucional. Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1982. 187 p.
04. DRUCKER, Peter F. Administração - tarefas, responsabilidades práticas. São Paulo, Pioneira, 1975. 3v.
05. EMATER-ES. Estatutos. Vitória, 1980. 20 p. (Documento, 2).
06. EMATER-ES. PROATER 83. Vitória, 1983. 16 p. (Programas e Projetos, 6).
07. EMBRATER. Objetivos e diretrizes para o sistema brasileiro de extensão rural. Brasília, D.F. (1983) p. Apostila.
08. ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura. Principais - diretrizes da política agrária e agrícola estadual. Vitória, ES s.l., (1983) 16 p. Apostila
09. FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. ^{Novo} Macro dicionário da língua PORTUGUESA: Rio de Janeiro, Nova Fronteira. ~~s.d.~~ 1499 p.
10. KRECH, David; CRUTCHFIELD, Richard & BALLACHEY, Egerton L. O indivíduo na sociedade; um manual de psicologia social. São Paulo, Pioneira, 1969. 2 vol.
11. MACHADO, Luiz. Estratégia para obter resultados. Rio de Janeiro, Henriplan, 1975. 151 p.
12. NEWMAN, William H. As técnicas de organização e gerência. 2 ed, São Paulo, Atlas, s.d. 474 p.